

Trabalhadores que atuam nas unidades básicas de saúde de São José (UBS) estão sofrendo graves agressões físicas e verbais por parte de usuários que não conseguem atendimento. Em alguns casos mais extremos chegam a ocorrer ameaças de morte.

Todo cidadão tem direito ao acesso à saúde, porém, em São José, este direito está sendo negligenciado devido à falta de estrutura e condições de trabalho nas unidades, resultado da gestão deficiente do governo municipal.

Nos últimos anos, a população de São José aumentou significativamente, mas, a administração josefense não se preparou para os impactos dessa mudança. A Unidade do bairro Ipiranga, por exemplo, deveria ter em sua área de abrangência o limite de aproximadamente 12 mil usuários. Entretanto, esse número já ultrapassa os 20 mil. A situação se repete nos demais bairros.

As equipes de Estratégia da Saúde da Família também não aumentaram proporcionalmente ao crescimento populacional do município. Ou seja, em todos os setores da saúde há um déficit estrutural.

Quando um cidadão busca atendimento numa UBS, não é a prefeita, nem a secretária de Saúde, tão

pouco os diretores de Atenção Básica que precisam dizer **NÃO** ao usuário pela falta de medicamento, falta de médico, falta de vacina, pelos exames que não foram liberados, pelos serviços que estão indisponíveis etc. Neste caso, quem fala “olho no olho” com o cidadão é o profissional que está na unidade, e que não pode ser culpado, pois está igualmente sofrendo pela falta de estrutura, pela falta de materiais básicos, pela falta de condições adequadas de trabalho.

Esse conjunto de fatores é que causa ineficiência do serviço público de saúde.

Fica o convite à prefeita Adeliana Dal Pont, que tanto levantou a bandeira de defesa da Saúde em São José, para que acompanhe um dia de atividades numa unidade de Saúde. No bairro Ipiranga, a polícia chegou a ser acionada após uma funcionária, uma mãe e sua filha, terem sido trancadas na sala de vacinas. O agressor disse aos que estavam no local que retornaria com uma arma para “resolver o problema”. A prefeita Adeliana estaria

disposta a passar por tal situação?

Precisamos lutar e cobrar da administração municipal que garanta à população condições amplas e adequadas de acesso à saúde.



Você sabe como funcionam as Organizações Sociais de Saúde



Longe de concretizar as promessas de melhorar a gestão em saúde nos municípios, a atuação das Organizações Sociais de Saúde (OSS) acentua os problemas já existentes, como casos de corrupção e uso da máquina pública para benefício privado.



Organizações Sociais são entidades “sem fins lucrativos”, mas que recebem dinheiro público sem precisar atender a diversos mecanismos de controle de gastos.

Servem como um meio de transferência de recursos públicos para estabelecimentos privados, atendendo interesses alheios aos da saúde da população.

Inúmeros estudos demonstram que a gestão via OSS tem custo maior, além de não garantir melhoria nos índices epidemiológicos e não evitar o aumento de doenças crônicas na população.



A média salarial é consideravelmente mais baixa, formando, com isso, um quadro de profissionais muitas vezes sem a devida capacitação.

A lógica segue o setor privado. É como se o SUS fosse um plano de saúde público, que contrata serviços terceirizados para prestarem assistência a seus usuários. Porém, com isso, surgem os graves efeitos colaterais. É justamente para manter a rentabilidade financeira que o setor privado, leia-se OSS, precisa buscar formas de restringir o acesso dos usuários ao atendimento.



E o que é pior: dispensa licitação para adquirir insumos, equipamentos e serviços, e não exige concurso público para contratação de profissionais. Para obter ainda mais ganhos financeiros, as OSS adicionam sobretaxas nas compras realizadas, na maioria das vezes, com empresas “parceiras”.